

Sumário

A Reunião Plenária foi declarada aberta, após a verificação do quórum, eram 09 horas e 04 minutos.

Período de Questões Gerais e Declarações Políticas (P. Q. G. D. P.) – *Iniciou-se com a intervenção do Sr. Deputado Moisés Borges (PAICV) sobre a situação de dificuldade de alguns agentes da Polícia Nacional com a pandemia do Covid-19, nomeadamente a falta de materiais diversos, apelando ao Governo para dar uma atenção especial à classe e melhorar as suas condições de trabalho.*

Usaram da palavra, para esclarecimentos, os Srs. Deputados Filomena Gonçalves (MPD), Rui Semedo (PAICV) e Joana Rosa (MPD).

O Sr. Deputado Nelson de Brito (MPD) fez uma intervenção quanto ao sector da saúde na ilha de São Nicolau, com ênfase nos ganhos obtidos na governação do MPD, nomeadamente obras do centro de saúde da Ribeira Brava, perspectiva de mobilização de equipamentos de diagnósticos, tendo parabenizado os profissionais de saúde pelo trabalho que têm realizado durante a pandemia do Covid-19.

O Sr. Deputado António Monteiro (UCID) interveio sobre a situação de estivadores dos diferentes portos de Cabo Verde e de alguns trabalhadores em idade de reforma da Câmara Municipal de São Vicente, apelando ao Governo no sentido de se cumprir a lei para a aposentação desses trabalhadores da edilidade sãovicentina.

O Sr. Deputado João Gomes (MPD) usou da palavra para prestar esclarecimentos.

O Sr. Deputado João Baptista Pereira (PAICV) interveio sobre a barragem de Faveta que está sem água, manifestando a sua tristeza por essa situação pela importância que aquela infraestrutura tem para as populações do interior de Santiago.

Prestaram esclarecimentos, os Srs. Deputados Austelino Correia (MPD), José Manuel Sanches (PAICV), José Moreno (MPD), José Maria Gomes da Veiga (PAICV) Carlos Monteiro (MPD), Júlio Correia (PAICV), Orlando Dias (MPD) e Luís Carlos Silva (MPD).

Na sua intervenção, o Sr. Deputado Austelino Correia (MPD) abordou a questão da mobilização da água. Prestaram esclarecimentos os Srs. Deputados José Maria Gomes da Veiga (PAICV), Rui Semedo (PAICV), José Manuel Sanches (PAICV), Carlos Delgado (PAICV), Isa Costa (MPD), Júlio Correia (PAICV), Emanuel Barbosa (MPD) e José Maria Fernandes da Veiga (PAICV).

A Sra. Deputada Eva Ortet (PAICV) interveio a propósito da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a construção de barragens que, entretanto, não avançou. Sentindo-se ofendido com a intervenção da Sra. Deputada Eva Ortet (PAICV), o Sr. Deputado Austelino Correia (MPD) reagiu ao abrigo n.º 1 do artigo 123º, tendo a primeira prestado esclarecimentos ao abrigo do n.º 2 do mesmo artigo.

Igualmente, sentindo-se ofendido com a intervenção da Sra. Deputada Isa Costa (MPD), o Sr. Deputado José Manuel Sanches (PAICV) reagiu ao abrigo n.º 1 do artigo 123º, tendo a primeira prestado esclarecimentos ao abrigo do n.º 2 do mesmo artigo.

De seguida, o Sr. Deputado Rui Semedo (PAICV) lavrou um protesto.

Para responder às questões suscitadas durante esse período, usou da palavra o Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro de Estado, (Carlos Monteiro), ao abrigo da alínea i) do artigo 114º do Regimento.

Na sequência desta intervenção, o Sr. Deputado António Monteiro (UCID) interveio sobre a questão dos trabalhadores da Enapor.

Novamente, ao intervir, o Secretário de Estado Adjunto do Ministro de Estado versou sobre a situação desses trabalhadores, tendo o Sr. Deputado António Monteiro (UCID) prestado esclarecimentos.

Entretanto, o Sr. Deputado José Maria Gomes da Veiga (PAICV) interpelou a Mesa.

Período da Ordem do Dia (P. O. D.) – *Iniciou-se com o anúncio feito pelo Sr. Presidente da Mesa, da apresentação e discussão, na generalidade, da Proposta de Lei que procede à primeira alteração do Estatuto da Autoridade Reguladora para a Comunicação Social.*

Entretanto, o Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro de Estado usou da palavra para comunicar a retirada do diploma pelo Governo.

A seguir, passou-se à apresentação, na generalidade, da Proposta de Lei que estabelece a medida excecional e temporária de proteção dos postos de trabalho, no âmbito da pandemia COVID-19, através do regime simplificado de suspensão de contrato de trabalho, feita pela Sra. Ministra da Justiça e Trabalho (Janine Lélis).

O Sr. Deputado Rui Semedo (PAICV) interpelou a Mesa sobre a condução dos trabalhos.

No período de debate, usaram da palavra, a diverso título, os Srs. Deputados Julião Varela (PAICV), António Monteiro (UCID), Luís Alves (MPD), Walter Évora (PAICV), José Maria Gomes da Veiga (PAICV), Carlos Delgado (PAICV), Janira Hopffer Almada (PAICV), Joana Rosa (MPD), Filomena Martins (PAICV), Rui Semedo (PAICV), para além da Sra. Ministra da Justiça e Trabalho.

Entretanto, a pedido do Grupo Parlamentar do MPD, a Sessão Plenária foi suspensa quando eram 11 horas e 54 minutos e retomada às 12 horas e 11 minutos.

Dando continuidade ao debate, usaram da palavra, a diverso título, os Srs. Deputados António Monteiro (UCID), João Gomes (MPD), Julião Varela (PAICV), João Cabral (MPD), Luís Alves (MPD), bem assim a Ministra da Justiça e Trabalho.

Submetida à votação, na generalidade, a referida proposta de lei foi aprovada pela unanimidade dos votos dos Deputados presentes na sala e na plataforma digital, com 64 votos, sendo 35 do MPD, 26 do PAICV e 3 da UCID.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Janira Hopffer Almada (PAICV), Joana Rosa (MPD) e António Monteiro (UCID).

A Reunião Plenária foi suspensa às 12 horas e 50 minutos, tendo sido retomada às 15 horas e 01 minutos, com a discussão, na especialidade, da Proposta de Lei que estabelece a medida excecional e temporária de proteção dos postos de trabalho, no âmbito da pandemia COVID-19, através do regime simplificado de suspensão de contrato de trabalho. A Sra. Ministra da Justiça e Trabalho (Janine Lélis) apresentou os artigos 1º a 18º, tendo os artigos 1º, 4º, 5º, 7º, 9º, 10º, 11º, 12º, 14º, 15º, 16º, 17º e 18º sido aprovados sem alterações e os artigos 2º, 3º, 6º, 8º, e 13º sido aprovados com alterações.

Durante a discussão do artigo 2.º, usaram da palavra, a diverso título, para além da referida governante, os Srs. Deputados Joana Rosa (MPD), António Monteiro (UCID), Janira Hopffer Almada (PAICV), Luís Alves (MPD) e José Maria Gomes da Veiga (PAICV). Ainda, o Sr. Deputado Rui Semedo (PAICV) interpelou a Mesa.

Aquando da apresentação do artigo 3º participaram na sua discussão os Srs. Deputados Julião Varela (PAICV), Joana Rosa (MPD), Janira Hopffer Almada (PAICV), Luís Alves (MPD), Emanuel Barbosa (MPD), Júlio Correia (PAICV), Miguel Monteiro (MPD), António Monteiro (UCID) e João Baptista Pereira (PAICV), além da Sra. Ministra da Justiça e do Trabalho e do Sr. Ministro de Estado, dos Assuntos Parlamentares e da Presidência do Conselho de Ministros e Ministro do Desporto (Fernando Elísio Freire).

Ainda, na sequência de uma intervenção do Sr. Deputado Emanuel Barbosa (MPD), o Sr. Deputado José Maria Gomes da Veiga (PAICV) recorreu ao n.º 1 do artigo 123º do Regimento da Assembleia Nacional para defender a honra da sua bancada, tendo aquele parlamentar dado esclarecimentos ao abrigo do n.º 2 do mesmo artigo.

No momento da discussão do artigo 4º, o Sr. Deputado Julião Varela (PAICV) apresentou propostas de alteração ao artigo. Sobre essas propostas pronunciaram-se, para além da Sra. Ministra da Justiça e do Trabalho e do Sr. Ministro do Estado e Ministro dos Assuntos Parlamentares e da Presidência do Conselho de Ministros e Ministro do Desporto e do Sr. Deputado Julião Varela (PAICV), os Srs. Deputados Luís Alves (MPD), Emanuel Barbosa (MPD), Janira Hopffer Almada (PAICV) e Joana Rosa (MPD).

Submetida à votação, a proposta de alteração do artigo 4º, feita pelo Sr. Deputado Julião Varela (PAICV), foi rejeitada com 35 votos contra, do MPD, 22 votos a favor, do PAICV e 5 votos

abstenção, sendo 3 dos Deputados da UCID, 1 do Sr. Deputado Hélio Sanches (MPD) e 1 do Sr. Deputado Emanuel Barbosa (MPD).

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados José Maria Gomes da Veiga (PAICV), Luís Alves (MPD), António Monteiro (UCID), Hélio Sanches (MPD) e Emanuel Barbosa (MPD).

Submetido à votação, o artigo 4º foi aprovado, sem alterações, com 39 votos a favor, sendo 36 do MPD e 3 da UCID, 1 voto contra, do Sr. Deputado José Maria Gomes da Veiga (PAICV) e 22 abstenções, do PAICV.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Julião Varela (PAICV), António Monteiro (UCID), Luís Carlos Silva (MPD) e José Maria Gomes da Veiga (PAICV).

Aquando da discussão do artigo 5º, o Sr. Deputado Julião Varela (PAICV) apresentou propostas de alteração ao artigo. Participaram da discussão das propostas apresentadas, para além do referido Deputado, a Sra. Ministra da Justiça e do Trabalho e o Sr. Deputado Miguel Monteiro (MPD).

Submetida à votação, a proposta de alteração do artigo 5º, feita pelo Sr. Deputado Julião Varela (PAICV), foi rejeitada com 35 votos contra, do MPD, 23 votos a favor, do PAICV e 4 votos abstenção, sendo 3 dos Deputados da UCID e 1 do Sr. Deputado Emanuel Barbosa (MPD).

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Julião Varela (PAICV), Luís Alves (MPD), António Monteiro (UCID), Luís Carlos Silva (MPD) e Emanuel Barbosa (MPD).

Submetido à votação, o artigo 5º foi aprovado, sem alterações, com 38 votos a favor, sendo 35 do MPD e 3 da UCID, 22 votos contra, do PAICV e nenhuma abstenção.

No momento da discussão do artigo 6º, o Sr. Deputado João Baptista Pereira (PAICV) apresentou propostas de alteração ao artigo. Sobre essas propostas pronunciaram-se, para além da Sra. Ministra da Justiça e do Trabalho, os Srs. Deputados Joana Rosa (MPD) e António Monteiro (UCID).

Aquando da discussão do artigo 8º, o Sr. Deputado Luís Alves (MPD) apresentou propostas de alteração ao artigo. Sobre essas propostas pronunciaram-se, o Sr. Deputado António Monteiro (UCID) e a Sra. Ministra da Justiça e do Trabalho, que absorveu as propostas.

O Sr. Deputado João Baptista Pereira (PAICV) fez uma intervenção no momento da discussão do artigo 10º.

O Sr. Deputado Nuías Silva (PAICV) fez uma intervenção aquando da discussão do artigo 12º.

No momento da discussão do artigo 13º, o Sr. Deputado João Baptista Pereira (PAICV) apresentou propostas de alteração ao artigo. Sobre essas propostas pronunciaram-se, para além da Sra. Ministra da Justiça e do Trabalho, o Sr. Deputado Rui Semedo (PAICV).

O Sr. Deputado João Baptista Pereira (PAICV) fez uma intervenção aquando da discussão do artigo 16º.

Posto isto, iniciou-se a discussão do ponto III relativo à Petição que visa a Institucionalização do Dia Nacional de Luta contra o Uso Abusivo do Álcool.

A Sra. Deputada Filomena Gonçalves (MPD) procedeu à leitura do Relatório-parecer da Comissão Especializada dos Assuntos Constitucionais, Direitos Humanos, Segurança e Reforma do Estado.

O Sr. Deputado David Elias Gomes (MPD) procedeu à leitura do Relatório-parecer da Comissão Especializada de Educação, Cultura, Saúde, Juventude e Questões Sociais.

Na sequência, usaram da palavra, a diverso título, os Srs. Deputados Filomena Gonçalves (MPD), Júlio Correia (PAICV), José Manuel Soares (PAICV), Júlio Correia (PAICV) e António Monteiro (UCID).

Os Srs. Deputados José Manuel Sanches (PAICV) e Emanuel Barbosa (MPD) interpelaram a Mesa sobre a aprovação da Resolução resultante da Petição, na Reunião Plenária, tendo o Sr. Presidente prestado esclarecimentos.

Seguidamente, quando eram 18 horas e 52 minutos, a Reunião Plenária foi suspensa para uma Conferência de Representantes, tendo sido retomada às 19 horas, com a informação

de que se chegou ao consenso sobre a aprovação, na Reunião Plenária, da Resolução resultante da Petição.

Na sequência, o Sr. Deputado Rui Semedo (PAICV) pronunciou-se novamente sobre a aprovação, na Reunião Plenária, da Resolução resultante da Petição, enunciando as dificuldades previstas no n.º 3 do artigo 183º do Regimento. Sobre este assunto, usaram ainda da palavra os Srs. Deputados Joana Rosa (MPD), Austelino Correia (MPD), para além do Sr. Deputado Rui Semedo (PAICV), o que resultou na não discussão e aprovação da Resolução.

De seguida, ao abrigo do n.º 2 do artigo 137º do Regimento da Assembleia Nacional foram submetidos à votação os seguintes diplomas:

- Proposta de Lei que estabelece os princípios e critérios de acção do Estado na dinamização, protecção e incentivo à produção, distribuição, exibição e divulgação da arte do cinema e da atividade cinematográfica e audiovisual nacional, realizada ou produzida em território nacional (Votação Final Global);

- Proposta de Lei que estabelece o regime aplicável aos contratos de crédito aos consumidores do sistema financeiro (Votação Final Global);

- Proposta de Lei que estabelece as normas e os procedimentos relativos ao reembolso antecipado nas operações de crédito realizadas pelas instituições de crédito (Votação Final Global);

- Proposta de Lei que estabelece a medida excecional e temporária de proteção dos postos de trabalho, no âmbito da pandemia COVID-19, através do regime simplificado de suspensão de contrato de trabalho (Votação Final Global);

- Proposta de Lei que estabelece o regime jurídico da luta contra a dopagem no desporto em Cabo Verde (Generalidade);

- Proposta de Lei que procede à segunda alteração ao Código do Mercado dos Valores Mobiliários, aprovado pelo Decreto-Legislativo n.º 1/2012, de 27 de Janeiro (Generalidade).

A Proposta de Lei que estabelece os princípios e critérios de acção do Estado na dinamização, protecção e incentivo à produção, distribuição, exibição e divulgação da arte do cinema e da atividade cinematográfica e audiovisual nacional, realizada ou produzida em território nacional foi aprovada pela unanimidade dos 63 votos a favor, sendo 36 do MPD, 24 do PAICV e 3 da UCID. Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Filomena Gonçalves (MPD) e Francisco Pereira (PAICV).

A Proposta de Lei que estabelece o regime aplicável aos contratos de crédito aos consumidores do sistema financeiro foi aprovada pela unanimidade dos 63 votos a favor, sendo 36 do MPD, 24 do PAICV e 3 da UCID. Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Lúcia dos Passos (MPD) e António Monteiro (UCID).

A Proposta de Lei que estabelece as normas e os procedimentos relativos ao reembolso antecipado nas operações de crédito realizadas pelas instituições de crédito foi aprovada pela unanimidade dos 63 votos a favor, sendo 36 do MPD, 24 do PAICV e 3 da UCID.

A Proposta de Lei que estabelece a medida excecional e temporária de proteção dos postos de trabalho, no âmbito da pandemia COVID-19, através do regime simplificado de suspensão de contrato de trabalho foi aprovada com 39 votos a favor, sendo 36 do MPD e 3 da UCID, nenhum voto contra e 24 abstenções, do PAICV. Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Julião Varela (PAICV), Luís Alves (MPD) e António Monteiro (UCID).

A Proposta de Lei que estabelece o regime jurídico da luta contra a dopagem no desporto em Cabo Verde foi aprovada pela unanimidade dos 63 votos a favor, sendo 36 do MPD, 24 do PAICV e 3 da UCID. Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados José Manuel Soares (MPD), José Manuel Sanches (PAICV) e Dora Pires (UCID).

A Proposta de Lei que procede à segunda alteração ao Código do Mercado dos Valores Mobiliários, aprovado pelo Decreto-Legislativo n.º 1/2012, de 27 de Janeiro foi aprovada pela unanimidade dos 61 votos a favor, sendo 36 do MPD, 22 do PAICV e 3 da UCID.

A Reunião Plenária foi encerrada às 20 horas e 13 minutos, ficando concluída a 2ª Sessão Plenária de Junho de 2020.